

Acta nº 5/2000

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano dois mil, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia;
2. Financiamento do “Aproveitamento Hidro-eléctrico de Bragadas” e de outros Empreendimentos Hidroeléctricos e Eólicos localizados no Alto Tâmega/Penhor das Acções detidas pela Câmara Municipal na Sociedade “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, SA”;
3. Estatutos da Associação de Municípios do Alto Tâmega – Alteração;
4. Fim da participação da Câmara Municipal na Probarroso;
5. Regulamento de Venda de Casas da Borralha;
6. Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industrias Municipais;
7. Alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal de Montalegre – Proposta;
8. Alteração do nº 1, do artº 4º, do Regulamento Municipal de Abertura de Estabelecimentos – Proposta;
9. Plano de Actividades e Orçamento Municipal para o ano 2001.

Registando-se quorum estiveram presente sessenta membros. Não compareceram à chamada os senhores José Manuel Lopes Teixeira Gomes, João Alves Soares, Carla Maria Ferreira Rodrigues, Pedro Jorge Pias Canedo, António Miranda Dias Vieira, Fernando Delgado Carneiro, Domingos José dos Santos, António Silva Pereira, Ricardo António Pires de Moura e António Gregório Azevedo Dias.

O Senhor Presidente da Assembleia informou de que o Presidente da Junta de Freguesia de Donões, João Escalera Gonçalves, falecido recentemente, foi substituído pelo deputado José Domingos Silva Ferrage.

A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio em memória deste Presidente de Junta de Freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. A acta da sessão anterior foi posta à consideração dos senhores deputados tendo o deputado Domingos Vasconcelos feito os seguintes reparos em relação à sua intervenção: Na página 5 consta: “a Câmara devia arranjar aquela conduta” devia estar “a Câmara devia reforçar aquela conduta”. Na página 7, aquando da resposta do Senhor Presidente da Câmara não consta referência alguma à questão levanta sobre a compra de uma casa, por parte da Câmara, para alargamento de uma rua.

A acta foi aprovada por maioria com dez abstenções de membros que não tinha estado presentes na última sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir os deputados Manuel Duarte, José Coelho, Alberto Martins, Acácio Gonçalves, António José Carvalho, Domingos Vasconcelos, António Ferreira, Mário Mendes, Duarte Calhella, Domingos Moura, José Branco, Paulo Barroso, Fernando Calvão, Rui Gonçalves e António Araújo.

O deputado Manuel Duarte apresentou o seguinte Voto de Pesar:

“Na passada terça-feira, foi a sepultar na freguesia de Donões aquele que, nos últimos 18 anos, foi o seu Presidente.

Porque se tratava de um homem que deu àquela freguesia parte da sua vida de trabalho, colaborando com as instituições, nomeadamente com a Câmara;

Elemento activo e sempre dedicado à causa pública;

Por isso, em nome da bancada do PS, e como colega, enquanto Presidente de Junta, venho assim apresentar este voto de pesar pela sua perda.”

Assina, Manuel Duarte.

Este deputado apresentou ainda o seguinte documento à Mesa:

“Quero deixar aqui o meu repúdio às críticas que o PSD tem, ultimamente dirigido à Câmara.

Esta Câmara, para além do trabalho que tem feito, trabalho de obra e planeamento, tem prestigiado Barroso.

Toda a gente reconhece o competente trabalho de representação do Município, desempenhado pelo seu Presidente.

E é prestigiante para os barrosões ouvir os elogios unânimes pelo desempenho do município de Montalegre à frente da AMAT, ADRAT, EHATB, Comissão Regional de Turismo e a sua participação na AMTAD e nas empresas multimunicipais (como a SESAT).

Bastaria assistir á visita do Senhor Primeiro Ministro a Montalegre, para sabermos entender a importância do protagonismo do Presidente da nossa autarquia, a nível regional e até nacional.

É pois, também, em matéria de representação do Município e dos barrosões, que o Presidente tem demonstrado grande capacidade política, muita competência e determinação em prol do Barroso, o que muito nos orgulha!

Também isto preocupa o PSD, porque a Câmara não só tem boa imagem a nível interno, como granjeia simpatia e prestígio a nível externo.

O nosso apoio, e pode a continuar esta Câmara no trilho que vem percorrendo, porque é cada vez mais um orgulho para todos, para os de cá e para os Barrosões de Lisboa, ouvir falar como se fala da nossa terra.

Assina, Manuel Duarte.

O deputado José Coelho deu os parabéns à Câmara pela colocação de sinais na vila de Montalegre. Informou que o Jardim de Infância dos Pisões está a funcionar num anexo de madeira que pertencia à Telescola. Este anexo não tem condições para acolher 27 crianças, é pequeno e há o risco de desabamento de terras.

O deputado Alberto Martins leu o seguinte documento:

“Senhor Presidente,
Senhor Vereadores,
Senhores Membros da Assembleia

É Salto a maior e mais populosa freguesia do concelho, somos um décimo do concelho e área e, cerca de um sétimo em população (80 Kms² de área, em 800 do concelho e 2300 residentes em 16.000 no concelho). Não somos a mais distante, mas a 40 km da sede do Município, é uma distância considerável.

Somos uma vila jovem e em crescimento. Temos consciência que muito ainda há a fazer. Mas satisfeitos pelo que já foi feito.

Não quero aqui recordar ao senhores membros da Assembleia, tudo o que foi feito, desde que esta Junta e esta Câmara tomaram as rédeas do poder.

Mas posso lembrar que das 19 aldeias, só havia duas estradas pavimentadas (Salto/Linharelhos e Amiar/Pereira) e o acesso a Pomar da Rainha e Lodeiro D'Árque.

Hoje orgulho-me de ter em todas as aldeias uma estrada digna (Paredes, Caniçó, Póvoa, Carvalho, Beçós, Tabuada, Seara, Cerdeira, Corva, Amiar, Bagulhão, Golas, Borralha/Padrões.

Também os arruamentos estão praticamente todos feitos e em todas as aldeias.

Ultimamente, foram pavimentadas as estradas: Lavaria/Paredes à Póvoa, pelo lado Sul; a Bessadinhas (Amiar); a Colheiras e ao cemitério (Pereira); o acesso ao Campo de Futebol e ao Jardim de Infância (Borralha); as ruas: do Vale da Raposa, dos Carvalhos da Cruz, do Carvalhal, dos Mirotos, Dr. Paulo (Bessada) e o que faltava dos Largos Comerciais (Auto-Saltense, materiais de construção, Ed. Valdemar e pequenos).

O edifício da Escola Primária de Salto foi totalmente remodelado e junto a este, instalado um moderno parque infantil.

Todas as crianças das aldeias estão a ser transportadas e ao meio dia é-lhe servida a refeição num restaurante local. As da Borralha, a todas, é servido o almoço na cantina a funcionar para o efeito.

As obras de mais impacto como é o lar e Centro de Dias, também apoiado pela Câmara (terreno, projecto e participação) já está concluído e em funcionamento. O Parque Industrial está praticamente pronto e a primeira fase do Centro Cultural está terminada.

As Associações da Freguesia também têm sido apoiadas, bem como as iniciativas por elas levadas a efeito. Recentemente o Grupo Desportivo recebeu verba para melhoramento dos balneários, iluminação do campo e aquisição de uma viatura.

Senhores Membro da Assembleia:

Aqui, nesta Assembleia, passa por vezes a ideia que “vai tudo para Salto”. Como vêem vai muita coisa mas não falta quem diga que nada é feito.

Senhor Presidente:

Continue a dedicar-se à freguesia de Salto, pois esta tem sabido reconhecer o que por ela tem sido feito.

14.12.2000, Assina Alberto Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Salto.

O deputado Acácio Gonçalves informou que na Escola Secundária de Montalegre já foram feitas 5 reuniões da Associação de Encarregados de Educação e Pais e a Câmara não se fez representar em nenhuma delas. Perguntou qual o motivo dessa ausência e pediu que a Câmara participasse. Disse ainda que o Dec-Lei nº 169/99, artº 49º prevê que as quintas e sextas sessões das Assembleias Municipais sejam para aprovação do Relatório de Contas e Orçamento. A seu ver, a agenda desta sessão é muito grande e não cumpre as normas do referido Decreto-Lei. Referiu-se à toponímia da vila dizendo que lhe parece mal que se alterem os nomes das ruas, dando como exemplo a rua onde habita.

O deputado António José Carvalho leu o seguinte artigo que tinha sido publicado no jornal “A Voz de Chaves” com o título “Crónicas do Reino da Barrolândia”:

“D. Protocolando, alcaide do castelo da Barrolândia governava, ou melhor desgovernava a bela Barrolândia, terra de lindos riachos e rios que desciam o planalto murmurando canções de tempos imemoriais. É uma terra fria, com longas temporadas de gelo e neve, mas quente na alma e no coração do seu povo.

Um belo dia, D. Protocolando prometeu ao seu povo tirá-lo do esquecimento em que tinha caído por tantos anos de ineficácia dos governantes daquele castelo. O povo acreditou nas boas intenções de D. protocolando (homem que não diz mal dele a ninguém) e depositou nas suas mãos o destino do concelho.

Mal andaram, pois não sabiam que as intenções daquele Alcaide eram de promoção e enriquecimento pessoal e que nada iria fazer para proporcionar uma vida melhor aos seus súbditos.

De facto, D. protocolando era um homem tão mau, tão sem valores, que usava a boa fé do povo para constantemente o enganar, continuando a merecer a sua confiança.

As ruas das aldeias continuavam enlameadas. Havia casas sem água e luz. As crianças frequentavam escolas sem aquecimento, enquanto que outras tinham que andar quilómetros ao frio e à chuva para aprenderem a ler. Os pais viam os seus filhos partirem para o estrangeiro à procura de emprego e de melhores condições de vida. A maior parte das pessoas não conseguia ter dinheiro para garantir aos seus uma vida de qualidade.

Dizia o Alcaide ao povo: “Não há dinheiro para o aquecimento nas escolas, não há dinheiro para fazer o saneamento de todas as aldeias, não há dinheiro para calçar as vossas ruas, não há dinheiro... não há dinheiro!!!...”

Pois não... D. Protocolando, não havia dinheiro nem vontade política de fazer alguma coisa por este povo pobre e humilde!!! Mas... havia dinheiro para fazer obras a particulares, para fazer obras aos amigos do Alcaide, em nome e por conta do castelo!!!

Quando o Alcaide prometeu ao povo um grande investimento no castelo – uma arena para fazer corridas, o povo ficou encantado e toda a gente dizia: “Agora, a Barrolândia vai para a frente”!!!

Mas o povo não sabia que a tal arena seria o grande negócio do Alcaide, a sua grande fonte de rendimentos!

- “Orelhando, a Torre da Arena vai custar 10.000 reis, as facturas são de 20.000 reis, pagamos 11.000 ao construtor, 5.000 são para mim e 4.000 para ti” – Dizia D. Protocolando ao seu subalterno, D. Orelhando.

-“Tá! Anda lá, depois logo se vê!” – Retorquiu D. Orelhando. E, de vez em quando havia grandes desentendimentos no castelo, por causa da distribuição de dinheiro entre os dois caciques.

Um belo dia, D. Arrepiado, ilustre membro do povo, sempre contestador da Administração levada a cabo por D. Protocolando e D. Orelhando, sugere àquele Alcaide que pedisse dinheiro ao Reino, pois, segundo constava, davam umas massas para fazer obras. Só tinham que ser elaborados uns projectos!

D. Protocolando respondeu: “D. Arrepiado, nós elaboramos todos os projectos possíveis para ir buscar dinheiro para a nossa terra”.

Perturbado, D. Orelhando murmurou ao ouvido do Alcaide: “D. protocolando, que coisa é essa dos projectos que D. Arrepiado está a falar?”

- “ Não liguês” – respondeu D. Protocolando – “São umas tretas que só dão trabalho e não podemos sacar nada para nós”.

Assina, Barrolandês.

P.S. Embora em linguagem virtual, os súbditos da Barrolândia vão entender a mensagem! A verdade é nua e crua!!!”

Terminada a leitura deste artigo, o deputado António José Carvalho acrescentou o seguinte:

“ Foi publicado no jornal A Voz de Chaves um texto que circula aí em toda a vila e em todo o concelho.

Nas escolas, nos cafés, em tudo o que é público.

O texto com o título “Crónica do Reino da Barrolândia” é escrito em tom irónico e tenta ser figurativo e assinado com o pseudónimo “Barrolandês”.

Nesse texto refere-se “D. Protocolando Alcaide do castelo da Borrolândia” e refere-se também ao seu subalterno “D. Orelhando”.

Toda a gente entende que D. Protocolando é o Presidente da Câmara que já na Escola Preparatória era tratado pelos amigos como Protocolo ou o homem do Protocolo.

D. Orelhando, toda a gente diz que é o vereador Orlando Alves.

As acusações que se fazem a ambos são gravíssimas. A serem verdade implicariam a demissão dos autarcas e a sua responsabilidade criminal.

É que em P.S. o autor não diz aquilo que muitas vezes é habitual num texto desta natureza “qualquer semelhança com a realidade é puta coincidência”. Não, diz precisamente o contrário, que “os súbditos vão entender a mensagem! A verdade é nua e crua!!!”

Ora se a verdade é nua e crua tem também de ser clara. Pelo que, para além de manifestar a minha solidariedade aos dois autarcas enxovalhados na sua honra e bom nome, peço o devido procedimento em Tribunal.

O autor ou autores têm que provar em Tribunal o que dizem. Se assim o não fizerem terão de ser incriminados pelas difamações graves que imputam aos autarcas que mais fizeram para desenvolver e prestigiar o concelho de Montalegre.

O PSD anda desnorteado e acusa a Câmara de não olhar para as pessoas.

A Direcção do PSD não conhece a realidade e por isso é bom que refira aqui aquilo o que a Câmara faz nos últimos dois anos ao nível do ensino:

- Transportes Escolares 150 mil contos
- Apoio escolas nos transportes visitas de estudo e desporto escolar
- Equipamento e mobiliário das escolas
- Transformação de algumas escolas: Meixide, Montalegre, salto, Cabril
- Apoio Associações de estudantes
- Apoio escola de Enfermagem
- Transporte de alunos deslocados e alimentação
- 1.500\$00 de material por aluno
- passeios gratuitos dentro do concelho
- Apoio ensino recorrente
- Apoio a vários projectos educativos das escolas

PRÉ-PRIMÁRIO

- Jardins de Infância criados em:
 - Vilar de Perdizes
 - Santo André
 - Tourém
 - Montalegre – Com prolongamento de horário
 - Pisões
 - Salto
 - Borralha
 - Cabril
- Transporte de alunos – Há um que custa 35 contos mês só em transportes
- Refeição dos alunos deslocados

Este trabalho é meritório e fica aqui o reconhecimento de outro autarca, de um professor.

Parabéns e vamos continuar. Há que continuar o trabalho que os outros não conseguiram fazer em muito mais tempo.

Deixem trabalhar quem trabalha.”

O deputado Domingos Vasconcelos apresentou o seguinte Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Donões, João Escaleira Gonçalves:

“No passado dia 11 de Dezembro do corrente ano faleceu o senhor João Escaleira Gonçalves, digníssimo Presidente da Junta de Freguesia de Donões.

Sendo um dos mais antigos Presidentes de Junta do nosso concelho, o que demonstra o carinho e confiança que o povo de Donões lhe dedicou é por si só razão suficiente para que este órgão lhe preste a sua homenagem, pelo que propomos um voto de pesar à família enlutada bem como a toda a população da freguesia que aqui deverá ficar expresso com um minuto de silêncio, como já foi feito.

Assina, a bancada do Partido Social Democrata”.

Referindo-se ao arranjo dos caminhos que dão acesso a algumas propriedades na aldeia de Sidrós disse que o Presidente da Câmara responde sempre que tem outras prioridades. Pediu para que estas obras não caíam no esquecimento, já que este é o último ano do mandato desta Câmara. Pediu ainda a reconstrução do espigueiro já que as eleições estão quase a chegar e a população não tem medo das obras.

O deputado António Ferreira, referindo-se a um artigo publicado num jornal pela Comissão Política do PSD onde a Câmara era acusada de fazer obras de fachada, apresentou a seguinte listagem de trabalhos realizados em dois anos e meio e a realizar:

CAMBEZES – Saneamento em Cambezes praticamente concluído

- Ruas de Frades
- Caminho de Frades ao Rio
- Caminhos da serra em Frades
- Caminhos em Cambezes

COVÊLO DO GERÊS – Estrada do Carvalhal

- Estrada Penedas
- Arruamentos em Covêlo e Penedas

FIÃES DO RIO – Ruas de Fiães todas novas

MEIXEDO – Saneamento

- Ruas de Codeçoso
- Máquinas caminhos em Codeçoso e Meixedo

MEIXIDE – Bombagem da água

- Arruamentos
- Caminhos agrícolas

OUTEIRO – Caminhos agrícolas

- Caminho Outeiro Parada para a serra contra a vontade do PSD
- Água a Sirvozel
- Acesso a Outeiro em tapete
- Cemitério Outeiro
- Muro da Igreja de Outeiro

MONTALEGRE – Loteamento Industrial 100.000 + 250.000

- Parque Campo do Rolo
- Ruas e becos por todo o lado em Montalegre
- Castelo e Zona Envolvente
 - Torres
 - Terreiro do Açougue
 - Rua do Forno Velho
 - Rua da Estrada Nova
 - Rua do Salgado
 - Rua D. Afonso Henriques
 - Rua da Igreja do Castelo à Portela
 - Muros e iluminação em toda a zona
- Iluminação nova em toda a vila
- Rotunda de Meixedo
- Rotunda da Pipela
- Rotunda e Monumento à Chega de Bois
- Pista Automóvel
- Piscina
- Av. da Noruega
- Rua P.e José Alves
- Rua do Avelar

Colaboração com a Junta

- Senhora das Neves
- Senhor da Piedade
- Arranjo do Rio e Moinhos
- Caminhos Agrícolas
- Central de Camionagem e os acessos
- Rua Pedreira de Moura

Mas vem aí mais

- Procom I e II (todas as ruas da vila)
- Variante já em fase de início
- Zona de Lazer do rio Cávado (em concurso no início do ano)
- Parque de Exposições (em concurso no início do ano)
 - Pavilhão Multiusos
 - Auditório
 - Cinema

PITÕES – Saneamento

- Depósito
- Dez captações
- Estradas e ruas
- Caminhos agrícolas
- Tapete cemitério e Mosteiro
- Estrada de Covelães a Pitões

SERRAQUINHOS – Arruamentos de Pedrário
 - Arruamentos Cepeda e outros
 - Estrada Serraquinhos Videiro

SOLVEIRA – Saneamento
 - Ruas de Solveira

VIADÉ DE BAIXO – Arruamentos – Viadé
 - Telhado
 - Acesso a Friães
 - Água Bairro do Sol e Chuva - Bombagem
 - Rede nova de água Pisões
 - Fossa Bairro Sol e Chuva

VILAR DE PERDIZES – Saneamento
 - Ponte da Gironda - Arranjo
 - Ruas
 - Caminhos
 - Estrada Vilar Montalegre

O deputado Mário Mendes saudou a nova Direcção do PSD mas disse que é pior que a velha. Disse que esta Direcção veio a terreiro dizer que a Câmara só faz obras de fachada e que o povo se deve revoltar. Não há dúvida que o povo já se revoltou contra o PSD e castigou-o em eleições sucessivas. As alegadas obras de fachada são a crítica menos credível do PSD e isso é próprio de quem não conhece o terreno. Desafiou a bancada do PSD para que dissesse se as obras que a seguir são discriminadas e que foram executadas em dois anos e meio são ou não importantes:

Águas – Reforço, depósitos, captações e redes por todo o concelho

Arruamentos – Em todas as freguesias

Escolas com remodelação profunda – Montalegre
 - Meixide
 - Vilar de Perdizes
 - Cabril
 - Salto

Saneamentos

Concluimos: Paradelá, Pitões e Fafião

Iniciamos: Meixedo, Aldeia Nova, Cambezes, Solveira e ainda há muito trabalho de ramais em Montalegre, Vilar e Salto

Outras Obras

Pista Automóvel

Central de Camionagem e acessos entrada da Mijareta e Campo da Feira

Piscina

Loteamento Industrial (ampliação) 100.000 + 250.000

Rotunda de Meixedo

Rotunda da Pipela
 Rotunda e Monumento Bois
 Ruas da Vila
 R. P.e José Alves
 R. Avelar
 Av. da Noruega
 Castelo e Zona Envolvente
 Torres
 Terreiro do Açogue
 Rua do Forno Velho
 Rua Estrada Nova
 Rua do Salgado
 Rua D. Afonso Henriques
 Rua Igreja do Castelo à Portela
 Muros e iluminação em toda esta zona
 Parque de Campismo de Penedones em conclusão
 Loteamento Industrial de Salto
 1ª Fase da Casa do Capitão de Salto
 Lar de Idosos de Salto
 Lar de Idosos de Vilar de Perdizes
 Apoio a Centros de Dia de Cabril, Cervos, Vila da Ponte

Estradas

Acessos às várias aldeias de Cabril
 Acesso a Friães
 Acesso a Medeiros
 Acesso e Rua Principal de Peirezes
 Acesso a Torgueda
 Vários acessos Freguesia de Salto
 Estrada Covêlo Penedas
 Acesso a Outeiro
 Acesso Borralha Paredes
 Estrada de Paio Afonso
 Estrada Serraquinhos Vidoeiro
 Estrada Arcos Cervos
 Estrada Covelães a Pitões
 Estrada Pitões a Tourém
 Estrada Vilarinho Lama da Missa
 Estrada Montalegre Vilar de Perdizes

Finalmente solicitou à Câmara que chama-se a EDP à atenção porque existem por todo o concelho troços de linha dilatados, isoladores rachados, etc. o que impossibilita que o abastecimento de energia eléctrica seja eficiente.

O deputado Duarte Calhella disse que estava indignado com as notícias que vieram nos jornais e na rádio sobre Montalegre. Dirigindo-se à deputada Guilhermina Costa disse que a Câmara não era o tribunal mas sim uma empresa e como tal tem de ser gerida por pessoas com os pés bem assentes no chão. Referiu que se sentia envergonhado quando há dez anos atrás dizia que era de Montalegre. Actualmente já se ouve falar em Montalegre na TSF e as iniciativas como a feira do Fumeiro, a feira da Vitela, o Congresso de Medicina Popular, as provas de Desporto Automóvel, o Parapente, etc. são iniciativas muito importantes e que dão muita projecção à terra e todas foram criadas por esta autarquia.

O deputado Domingos Moura disse que a freguesia de Outeiro necessita urgentemente de uma captação de água. Disse ainda que ninguém fala na estrada do Rio e ela está uma vergonha.

O deputado José Manuel Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Covelães disse que a Câmara devia ter uma brigada para tirar as águas das estradas. Disse ainda que a estrada do rio precisa de uma intervenção urgente assim como de alargamento porque no tempo do Dr. Pires só foi alargada até à ponte de Covelães. Finalmente disse que foi retirado o muro de suporte junto ao Paredão devido às obras do loteamento. Em seu entender aquela situação deve ser reposta o mais breve possível já que aquela zona é muito perigosa com o gelo.

O deputado Paulo Barroso, Presidente da Junta de Freguesia de Tourém, mostrou-se indignado com algumas pessoas da bancada do PSD que disseram que o dinheiro público é mal gasto e que se tem esbanjado. Deixou a recomendação a essas pessoas que em vez de cochichar pelas esquinas que passassem pelas aldeias e se inteirassem do que se lá fez. Finalizou enumerando algumas obras que realizadas na sua freguesia.

O deputado Fernando Calvão solicitou a colocação de um abrigo de passageiros junto ao Centro de Saúde. Louvou a atitude do Governo por legislar no sentido de punir severamente as pessoas que destroem muros rústicos. Disse que a bancada do PS lhe parecia muito nervosa porque tem ouvido muitas críticas em outras sessões e nesta Assembleia só ouviu louvores e que parece que essas pessoas estão com algum receio e então louvam toda a actividade da Câmara. Disse que sabe que isto acontece porque a Câmara tem tirado o tapete aos autarcas que discordam com o Executivo tal como o fizeram com o Dr. Paulo Pires. Mostrou-se admirado com a intervenção do deputado Manuel Duarte porque diz que não é pessoa de fazer muitos elogios e com esta atitude não sabe aquilo que pretende. Em relação à intervenção do deputado António José Carvalho disse que a bancada do PSD rejeita liminarmente qualquer ligação com o jornal a que foi feita referência. Relativamente à intervenção do deputado Mário Mendes disse que a estratégia de desenvolvimento do seu partido é diferente da estratégia que defende o partido dele porque a seu ver o desenvolvimento não é fazer rotundas. Referiu que a não aquisição do Cerrado foi o erro do século do Partido Socialista e que se o Partido Social Democrata estivesse no poder tinha feito a compra. Disse que é contra o esbanjamento de dinheiro e que não aceita que se gastem milhares de contos em fotografias, é contra o Museu das Bruxas, é contra o Congresso de Medicina Popular e contra a publicidade que se faz na TSF sobre a Feira da Vitela e provas de Rali. Manifestou-se a favor, tal como toda a Comissão Política do PSD, da Feira do Fumeiro e da Pista Automóvel.

O deputado Domingos Rui Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Negrões, pediu à Câmara a limpeza das valetas e aquedutos da estrada de Negrões. Disse que o pessoal do Mercado Social de Emprego fez alguns trabalhos de limpeza isso mas não chega.

O deputado António Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Cabril disse que é um dos membros da Assembleia Municipal que menos vezes vem a Montalegre, mas as notícias sabem-se e diz-se por aí que vai muito dinheiro para a freguesia de Cabril e não se fazem obras, duvidando-se mesmo da honestidade do Presidente da Junta. Enumerou algumas obras que se têm feito na sua freguesia: Em Fafião concluiu-se o saneamento e

o arranjo das ruas da aldeia; em Pincães deu-se apoio aos regadios; na Barca fez-se a iluminação pública e arruamento; em S. Lourenço fizeram-se caminhos agrícolas, pavimentação, nova rede de água e contentores; na Vila fez-se a pavimentação de largos, muros e deu-se apoio ao regadio; em Cavalos fez-se a pavimentação do largo e arranjo do tanque público; na aldeia de Chãos deu-se apoio ao regadio e pavimentaram-se algumas ruas; em Vila Boa fez-se a pavimentação de algumas ruas.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Domingos Vasconcelos e António José Carvalho. Interveio a deputada Guilhermina Costa usando o seu direito de resposta. Interveio o deputado Rogério Borralheiro para esclarecimentos.

O deputado Domingos Vasconcelos dirigindo-se à bancada do PS disse que o PSD não os deixa dormir descansados e que o PS quer incutir nas cabeças das pessoas aquilo que não conseguem obter no terreno e que isso é uma prática também a nível do país. Quando o PS está na oposição passa a vida a bater no poder e quando está no poder batem uns nos outros. Disse que o seu partido quer obras e que as vai propor e o eleitorado fará o julgamento.

A deputada Guilhermina Costa disse que a Comissão Política do PSD assume aquilo que diz, assina aquilo que escreve e o artigo que foi apresentado nada tem a ver com o PSD. Disse ainda que seis ou sete deputados da bancada do PS fizeram as suas intervenções em jeito de campanha e perguntou se as críticas do PSD eram assim tão infundadas. Disse que os elementos do seu partido são ambiciosos e que acham que Montalegre merece mais do que aquilo que se tem feito. Disse que algumas obras continuam orçamentadas para 2001 e se já está tudo feito, conforme foi apregoado, perguntou porque é que o Executivo apresenta um orçamento de cinco milhões de contos.

O deputado António José Carvalho esclareceu que ao apresentar o artigo publicado no jornal “A Voz de Chaves”, assinado pelo Barrolandês, de forma alguma queria imputar culpas ao PSD.

O deputado Rogério Borralheiro saudou o dinamismo democrático que a bancada do PS apresentou na sessão. Quanto ao facto de algumas pessoas dizerem que as críticas são ilegítimas perguntou, se achavam melhor que a oposição estivesse calada. Pediu desculpa ao vereador Nuno Pereira pelo modo desabrido com que se lhe dirigiu e disse que as pessoas às vezes falam com o coração e não com a razão.

Findas as intervenções dos senhores deputados, o Senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o Voto de Pesar que foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes e iniciou a sua intervenção dizendo que já na última sessão tinha havido elogios ao Poder Local, tal como aconteceu nesta sessão em que se fez um reconhecimento da verdade e isso deixa sempre grande satisfação a quem dirige o destino do Concelho.

Ao deputado Manuel Duarte agradeceu a sua intervenção e acrescentou que tem havido um esforço físico muito grande por parte dos autarcas para representar o concelho com dignidade e competência.

Ao deputado José Coelho disse que se fizeram uma série de intervenções no primário e que vão ter de se fazer alterações definitivas.

Ao Presidente da Junta de Salto deu os parabéns pela obra realizada em colaboração com a Câmara e prometeu continuar.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que a colaboração da Câmara com a Escola Secundária estava suspensa porque a Escola não quis a colaboração da Autarquia. Actualmente existem outras condições e deve haver colaboração entre as duas instituições. A nível da educação, referiu que as autarquias só têm obrigações para com o pré-primário e primário os restantes graus de ensino são da responsabilidade do governo. Informou a Lei não prevê que a última sessão do ano seja só para aprovação do Plano. Em relação á toponímia disse que era oficial e as pessoas vão adaptar-se a ela porque são esses os nomes que valem.

Ao deputado António José Carvalho e relativamente ao artigo “Crónicas do reino da Barrolândia” disse que desconfia que quem escreveu o artigo não foi ninguém natural nem residente em Montalegre mas que no passado . Disse que havia matéria criminal e que o assunto já tinha seguido para um advogado. Terminou agradecendo ao deputado a solidariedade que demonstrou sobre esta matéria.

Ao deputado Domingos Vasconcelos disse que nunca se tinha feito tanto trabalho na freguesia de Ferral como nos últimos anos e que iria continuar para melhor cada vez mais a qualidade de vida da população.

Ao deputado António Ferreira disse que o PS irá continuar no poder e que não desaparecerá tão facilmente.

Ao deputado Mário Mendes informou que já tinha sido agendada uma reunião com a EDP para tentar que os serviços prestados por esta empresa melhorem.

Ao deputado Duarte Calhella disse que falou de um tema que deve unir todo os barrosões que é imagem do concelho e a sua promoção que se está a fazer como nunca se tinha feito.

Ao deputado Domingos Moura disse que as aldeias de Cela e Sirvozel não têm contratos de água com a Câmara. Existem outras que têm contadores há anos e ainda não conseguiram resolver alguns problemas em definitivo. Quanto à estrada do rio disse que ainda está sob a responsabilidade do empreiteiro e da Junta Autónoma de Estradas. Informou ainda que a Câmara assumiu 20 mil contos de encargos e que irá fazer a rectificação à semelhança daquilo que foi feito com a estrada de Vilar de Perdizes.

Ao deputado José Manuel Branco disse que o alagamento do muro do Paredão foi uma precipitação mas que vai haver um alargamento na estrada de 2 metros e isso vai ser feito pelos promotores do loteamento.

Ao deputado Paulo Barroso disse que apoiava as obras que foram feitas na freguesia de Tourém e deu-lhe os parabéns pelo trabalho que desenvolveu e acrescentou que quando à colaboração o dinheiro multiplica-se.

Ao deputado Fernando Calvão disse que se fosse verdade aquilo que referiu na sua intervenção os actuais Presidentes de Junta não se recandidatavam a um novo mandato. Pediu aos Presidentes de Viade de Baixo, Outeiro e Montalegre que dissessem se têm tido apoio da Câmara ou não. Referiu ainda que o PSD tem a sua estratégia e diz mal de tudo e de todos e que quando o projecto do Cerrado apareceu o Dr. Calvão foi contra.

Ao deputado Domingos Rui disse que se está a fazer um bom trabalho de limpeza em todo o concelho.

Ao deputado António Araújo aproveitou esta oportunidade para lhe dar os parabéns em seu nome pessoal e da Câmara, pelo mérito com que resolveu o problema com a Ermida. Foram gastos milhões de contos com aquele processo e nunca se conseguiu chegar a um consenso.

Em relação à intervenção da deputada Guilhermina Costa disse que quis justificar a acção do PSD. Este partido tem nova direcção e quer mostrar trabalho mas que o actual Executivo não anda a dormir e a expressão “obras de fachada” não entra na população. Pediu para que os dirigentes do PSD revissem o Plano anterior e o programa do Partido Socialista para constatarem que tudo aquilo que propuseram realizar foi realizado. Em relação aos saneamentos de Meixedo, Cambezes e Solveira, que estão a decorrer neste momento, pediu que perguntassem aos respectivos Presidentes de Junta se era possível andar com as obras mais rápido. Pediu que não misturassem as coisas porque há obras concluídas e a concluir e enumerou algumas obras já realizadas.

Ao deputado Rogério Borracheiro disse que na sua intervenção defendeu a oposição e que foi uma posição lógica.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao vereador Nuno Pereira para responder, enquanto representante da autarquia na Assembleia da Escola Secundária Dr. Bento da Cruz, à questão levantada pelo deputado Acácio Gonçalves e disse que tinha feito um pedido de esclarecimentos à Escola e a resposta não o satisfaz.....

Inscreveram-se para uma terceira intervenção para esclarecimentos os deputados Fernando Calvão, Acácio Gonçalves, Guilhermina Costa e António Ferreira.

O deputado Fernando Calvão disse que desde sempre o PSD defendeu a aquisição do Cerrado. Sugeriu que a Câmara fizesse um empréstimo para essa aquisição assegurando o voto favorável da bancada do PSD.

O deputado Acácio Gonçalves sugeriu que a Escola Secundária Dr. Bento da Cruz tivesse ao seu serviço um psicólogo para ajudar alunos inadaptados.*****

A deputada Guilhermina Costa disse que a referência às obras foi feita por deputados da bancada do PSD e que falaram delas como terminadas mas a prova de que não estão terminadas é que estão orçamentadas para 2001. Referiu ainda que o PSD tem uma estratégia definida e o que os seus dirigentes pretendem é que ela não agrade ao actual Presidente da Câmara.

O deputado António Ferreira disse que vêm obras no Plano de 1997 como a estrada de Cabril e a água a Montalegre. Disse ainda que a escola EB 2 de Montalegre está muito grata à Câmara pelo apoio que presta a nível de transportes.

O Senhor Presidente da Assembleia apesar de não se ter inscrito pediu autorização, e foi concedida, para dizer que a Escola Secundária bem como o Centro de Saúde deviam estar sinalizados.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que os dirigentes do PSD Montalegre se iriam continuar a divertir sobre a questão do Cerrado mas que não vale a pena porque o tempo do Cerrado acabou e os equipamentos que estavam previstos para aquele espaço já estão a ser construídos noutras locais. Disse ainda que se estava a pensar colocar placas de sinalização nos edifícios públicos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Actividade e Situação Financeira da Autarquia

O Senhor Presidente da Câmara apresentou o relatório da Actividade e Situação Financeira da Autarquia no período que decorreu desde a última sessão até à presente data.

Inscreveram-se para intervir os deputado Acácio Gonçalves, Rogério Borrvalho, Domingos Vasconcelos, Guilhermina Costa e Fernando Calvão.

O deputado Acácio Gonçalves disse que havia um desvio notório entre a realização e a planificação e que a realização não corresponde à facturação.

O deputado Rogério Borrvalho disse que era necessário ver o que se passa com o abastecimento de água a Salto porque durante o mês de Setembro não houve água. Perguntou se não seria melhor construir uma cantina para as crianças que estão a comer diariamente no restaurante.

A deputada Guilhermina Costa prescindiu da palavra e subscreveu o que foi dito pelo colega de bancada Rogério Borrvalho.

O deputado Fernando Calvão disse que como a Câmara mantém a mesma política as críticas são as mesmas. Em relação a despesas correntes disse que são avultadas. A Câmara tem assessores a mais e que a dívida e empreiteiros e fornecedores é muito elevada. Lembrou que os empreiteiros que prestam serviços à Câmara têm a seu encargo pessoal a trabalhar e não podem pagar se não receberem da Câmara. Terminou dizendo que é necessário que a Câmara seja melhor pagadora.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interpelantes.

Ao deputado Acácio Gonçalves disse que a Câmara avançou com algumas obras mas que não recebeu ainda dinheiro do III QCA. Disse ainda que era bom que a Câmara não tivesse dívidas porque durante o último ano de mandato podiam fazer muitas obras.

Ao deputado Rogério Borracheiro disse houve uma avaria na rede de abastecimento de água a Salto e que foi difícil detectá-la. Informou-o de que se iria fazer nova captação bem como novo depósito para abastecimento de água à Zona Industrial e à parte alta da vila. Quanto à cantina disse que era uma possibilidade ténue devido ao numero de alunos. Para já, dando almoço às crianças no restaurante é uma forma de criar dinamismo à actividade comercial.

Ao deputado Fernando Calvão disse que as despesas com pessoal somam 441 mil contos e as despesas correntes 600 mil contos. Disse que têm muito sentido de rigor nas despesas e que quando se fazem jantaradas é para toda a gente porque antigamente era só para o pessoal do PSD. Em relação aos assessores disse que os lugares não estão todos preenchidos mas há a possibilidade de serem todos preenchidos. Disse ainda que a dívida está empolada porque apareceram novas modalidades, de pagamento, contratos Factoring, e explicou o seu funcionamento: as empresas a quem a Câmara deve dinheiro vão ao banco receber e a Câmara posteriormente paga ao banco. Os juros ficam a encargo dos empreiteiros.

A Assembleia tomou conhecimento.

2. Financiamento do “Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas” e de outros Empreendimentos Hidroeléctricos e Eólicos localizados no Alto Tâmega (Penhor das Acções detidas pela Câmara Municipal na Sociedade “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.”

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, prestou todos os esclarecimentos à Assembleia sobre este assunto.

Inscreveram-se para intervir os deputado Joaquim Pires e José Rodrigues.

O deputado Joaquim Pires disse que a participação da Câmara do Alto Tâmega é de 20%. Perguntou se houve algum apoio a fundo perdido.

O deputado José Rodrigues disse que havia o compromisso de que a PESL teria a sua sede em Montalegre e isso não se verifica.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.

Ao deputado Joaquim Pires disse que ia pedir uma informação aos Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso para dar conhecimento aos autarcas da Câmara e da Assembleia. Disse que a participação na PESL é de parceria com os restantes municípios. Arranjaram-se 320 mil contos para pagar a comparticipação mas falta arranjar uma outra verba. A Câmara tem 320 mil contos numa empresa que actualmente vale um milhão de contos. Disse que foi uma boa aposta. Informou que se recorreu ao financiamento à taxa zero e que quem vai pagar o empréstimo é a empresa e que falta muito pouco para repartir os lucros.

Ao deputado José Rodrigues disse que a PESL tinha a sua sede em Montalegre bem como os funcionários e que a empresa vai pagar impostos aqui.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

3. Estatutos da Associação de Municípios do Alto Tâmega – Alteração

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia sobre este assunto. Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta de alteração aos Estatutos da Associação de Municípios do Alto Tâmega foi aprovada por unanimidade.

4. Fim da participação da Câmara Municipal na Probarroso

O Senhor Presidente deu todas as explicações necessárias a este assunto.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Ferreira, Guilhermina Costa, Cândido Barroso, Fernando Moura, José Rodrigues, Fernando Calvão e Duarte Calhela.

O deputado António Ferreira entregou à Mesa o seguinte documento:

“FIM DA PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA NA PROBARROSO

A PROBARROSO nasceu para dar continuidade a outra associação de desenvolvimento anteriormente constituída.

A necessidade de fortalecer a associação e o interesse em criar uma parceria que promovesse iniciativas culturais e de promoção levou a Câmara Municipal à adesão aquela instituição.

Era objectivo por todos entendido que a associação deveria fortalecer as condições de acesso à informação e à obtenção dos melhores apoios financeiros, sobretudo comunitários, para a região.

Porém, decorridos seis anos da sua constituição, verificou-se que a PROBARROSO não cumpriu esses objectivos que estabelecemos para a Câmara e para o concelho.

Não soube assumir-se como autêntico parceiro nem afirmar-se como verdadeira agência de desenvolvimento credível e plural.

Em vez de uma procura de um relacionamento institucional correcto, envolveu-se numa acção permanente de conflito e dependência financeira da Câmara.

A incorrecção dos seus dirigentes chegou ao ponto de acusarem a Assembleia Municipal que "a Câmara não cumpre os compromissos que assina", cometendo uma traição aos acordos pessoais, imperdoável para os barrosões, e criando uma situação que, apesar de lhes ter sido dada oportunidade, não tiveram humildade de corrigir.

A PROBARROSO deixou de ser verdadeiramente PROBARROSO e depressa se transformou à medida e imagem do seu dirigente.

Para a PROBARROSO a Câmara só tinha obrigações! Pagar os projectos que apresentassem!

Nunca se reconheceu que a autarquia tem os seus limites financeiros e que para além de ser a que na região mais investe no apoio à promoção, no turismo, na cultura, no apoio ao desenvolvimento sócio-económico, e com resultados invejados por muitos, faz ainda, e com menos dinheiro, aquilo que não se viu na PROBARROSO.

Assim, e como se pode confirmar por muitas declarações públicas e pela recente intervenção na Assembleia de Freguesia de Salto, tornou-se a PROBARROSO, através do seu dirigente, um instrumento político de combate à Câmara e aos órgãos locais democraticamente eleitos, quebrando as condições de confiança institucional, tornando-se insustentável o relacionamento entre as entidades, pelo que se propõe à Câmara e à Assembleia Municipal que determine o fim da sua participação naquela instituição.

Montalegre, 16 de Outubro de 2000, Assina António Alves Ferreira”

A deputada Guilhermina Costa pediu que constasse da acta o seguinte documento:

“O governo está a atravessar uma crise, grave, porque estão a vir a público quezílias entre os membros do governo e os protagonistas dos “Job for the Boys”. Exemplos disto foi o que vergonhosamente se passou com a fundação para a PREVENÇÃO E SEGURANÇA, criada com o objectivo de executar tarefas da competência do Ministério da Administração Interna, a quem foram atribuídas verbas no montante de 400 mil contos, e sabe-se agora, não tem sequer números de telefones próprios, a sua sede é a residência de um dos seus membros e não se sabe em que foram gastos os 400 mil contos. Ou provavelmente sabe-se, pois como pergunta o JOSÉ VALÉRIO, Candidato à Comissão Política distrital do PS de Coimbra, onde o seu opositor naquelas eleições Luis Parreirão, então secretário de Estado da Administração Interna e hoje Ministro do Equipamento, foi buscar dinheiro para a aparatosa campanha que realizou (gastando cerca de 20.000 contos) e desafia-o a provar de onde vieram os 20.000 para terminar com a suspeita de que tenham vindo da Fundação para a PREVENÇÃO E SEGURANÇA. O Governo decide extinguir a fundação.

À imagem do que se está a passar no país, a Câmara Municipal de Montalegre está a seguir caminhos paralelos aos do Governo. Veja-se o que se vem discutir hoje nesta Assembleia. O fim da participação da Câmara na Probarroso. Diz-nos a Câmara que a Probarroso durante estes anos tem cumprido os objectivos para que foi criada, não fazendo nada pelo melhoramento do concelho. É no mínimo estranho que, sem nunca antes este executivo ter questionado a actividade desta Associação, sempre ter aprovado os seus orçamentos e contas, como disse o Dr. Paulo Pires à rádio Montalegre, vir agora ao fim de cinco anos, repentinamente propor à votação desta Assembleia o fim da sua participação na Probarroso. Até esta data a Câmara de Montalegre dotou a Probarroso de chorudos apoios, será que foram necessários cinco anos de investimento, cinco anos a gastar o nosso dinheiro mal gasto para este executivo se aperceber que a Probarroso não estava a gerir convenientemente os interesses do concelho?

Ou será que a Probarroso trabalhou, e merece o nosso reconhecimento?

A verdade, é que a Câmara está a tomar esta atitude por represália ao Dr. Paulo Pires?

Estamos perante pessoas que põem interesses partidários ou pessoais à frente dos interesses do concelho. Aqui quem tiver ousadia de dizer algo contra esta Câmara socialista sabe que será castigado. Para ter a participação da Câmara é necessário usar uma mordada, não manifestar opinião. É isto, caros amigos que nos propõem votar. Se aprovarmos este ponto 4 da ordem de trabalho estamos a dizer sim ao fim da liberdade de expressão no nosso concelho.”

O deputado Fernando Moura disse que não estava na Assembleia Municipal para atacar nem defender a Probarroso. Mas que ia aproveitar este momento para dizer que quando montou o pavilhão de antiguidades foi à Probarroso para saber se podia obter algum apoio. O Dr. Paulo disse que sim mas passados 2 anos ainda não teve apoio, nem resposta nenhuma. Informou ainda que tinha conhecimento de que três jovens tinham metido projectos na Probarroso e também não tinham tido apoio nenhum.

O deputado Cândido Barroso disse que qualquer associação é livre e qualquer instituição que se associe pode pôr fim à sua participação. Se a Câmara considera a sua participação pouco produtiva é livre para a deixar. Disse ainda que as instituições são superiores e mais abrangentes que as pessoas e não podem ser prejudicadas pelas pessoas que as dirigem e a dissociação da Câmara desta entidade deve basear-se na pouca produtividade e não em razões pessoais. É preciso contenção e seriedade para as empresas serem bem sucedidas. Terminou dizendo que a Câmara tem o direito de se desassociar da Probarroso porque a ela se associou livremente.

O deputado José Rodrigues disse que trabalhou durante três anos na Probarroso e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quantas reuniões e decisões não foram tomadas por unanimidade e quantas vezes não esteve presente nas reuniões do Conselho de Administração e assinava as actas como se tivesse estado. Disse que gostava de saber do que é que se queixa e porque se queixa. O fim da Probarroso não serve os interesses do concelho. Os apoios comunitários têm vindo dos Quadros Comunitários mas a partir de 2006 as coisas vão-se alterar. A Comunidade Europeia tem negociado com os Estados, quando acabarem os Quadros de Apoio vão-se acabar estes apoios. É intenção da Comunidade Europeia aumentar o peso das iniciativas comunitárias, com negociações com as associações, daí que é importante a Probarroso para ir buscar esses apoios. Recomendou que o Senhor Presidente resolvesse os problemas que tem com o Dr. Paulo Pires porque o fim desta Associação não é benéfico para o concelho.

O deputado Fernando Calvão disse que a Probarroso foi criada por unanimidade. A censura devia ter acabado em 1974, mas assim não acabou. A liberdade de expressão não existe. O Dr. Paulo Pires afastou-se dos ideais do PS, questionou o modelo de gestão e foi punido. É muito mau se a Probarroso acabar, substitua-se o Conselho de Administração mas não se acabe com a associação. Durante cinco anos o Presidente da Câmara aceitou tudo e de repente acabou com tudo. Referiu algumas actividades desenvolvidas pela Probarroso como a Formação Profissional, promoção do Município, Seminários a nível das PME, vários estudos para o desenvolvimento estratégico do Município, etc.

O deputado Duarte Calhella disse que a deputada Guilhermina Costa quis trazer o aspecto da fundação Prevenção e Segurança à Assembleia para comparar com a Probarroso na sua opinião esta comparação foi mal feita, e que tinha assistido pela

televisão ao debate e ficou esclarecido sobre o assunto. O Eng^o António Guterres deu uma lição de liderança. Disse que é um barrosão convicto gosta da progressão do concelho e procurou inteirar-se acerca do que se passava na Probarroso e disse que estava de acordo com a posição tomada pela Câmara. Pensa que o Dr. Paulo Pires vendo a sua incapacidade de gerir a Associação veio a terreiro contra tudo e contra todos só que deu um tiro no pé.

Findas as intervenções dos senhores deputados, o Senhor Presidente da Assembleia pediu que o vereador Nuno que prestasse mais esclarecimentos, já que era o representante da autarquia na Probarroso e disse que quando chegou à Probarroso já encontrou alguns projectos em fase terminal como o CEIACT a partir daí viu outros projectos a serem elaborados mas que na sua opinião não tinham substância. Para a elaboração de alguns desses projectos a Câmara já se tinha associado a outras instituições, houve uma sobreposição. Lembrou que a Câmara e a Assembleia não iriam votar o fim da Probarroso mas sim a saída da Câmara da Associação que tal como existe já não tem pernas para andar.

Inscreeveu-se numa segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves que apresentou o seguinte voto declarado:

“Acácio da Silva Gonçalves, membro da Assembleia Municipal e representante do partido Pouplar, justifica o Voto de abstenção no “FIM DA PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA NA PROBARROSO”, da seguinte forma:

1º O Partido que eu aqui represento, nunca foi chamado para se pronunciar sobre a continuação da PROBARROSO, pois na altura da formalização em 1994, não tínhamos assento nesta Assembleia.

2º Esta associação formalizou-se do mesmo modo como agora a CMM se retira, embora com alguma razão de parceria de má fé e não havendo uma forte razão para o fazer, a verdade é que quando da constituição da PROBARROSO também houve vítimas pelo caminho como foi o caso da ADERE/BARROSO que o Sr. Presidente agora referiu na sua intervenção, como associação de desenvolvimento do Barroso que nesse mesmo ano viu a sua extinção declarada por deliberação da Assembleia Geral presidida pelo Sr. Manuel António Pereira e cuja Direcção era do Dr. Paulo Pires, toda a tramóia premeditada pela CMM com o acordo de gabinete dos dirigentes de associação associadas.

3º Nessa assembleia que reuniu a pedido da CMM a única voz discordante que foi ouvida contra a referida extinção foi a da minha pessoa que era chamado como sendo sócio fundador e sendo chamado nessa qualidade só aceitei essa intenção com a condição de conhecer o que estava atrás da cortina o que foi aceite pelas partes (CMM; CCAM; CAPBSM.CAB; Matadouro Regional de Barroso e Alto Tâmega, Caixa G. Agrícola de Salto, Trote Gerês, etc.)

4º Agora passados que foram estes 6 anos torno público nesta Assembleia fazendo o meu juízo pessoal sobre a situação de facto que verifiquei:

4.1. A Adere Barroso foi única e exclusivamente extinta por ser um grande embaraço para a CMM que via nessa associação um monstro da concorrência, isto é, a Adere

Barroso fundada em 1991, apresentou um projecto sobre a feira do Fumeiro e Presunto de Barroso para 1992 o que se veio a concretizar sendo ela a promotora, o que não cai bem à Câmara Municipal de Montalegre, pois esta assumia-se na comunicação social como sendo a promotora quando na verdade ela tinha sido apenas uma colaboradora, que não caía muito bem publicamente pois todos nós sabemos que foi uma feira de sucesso.

- 4.2. O Orçamento desta Associação em 1992 rondava os 22 mil contos, tendo sido gastos no Plano de Actividades 21 mil contos que sendo óbvio era da responsabilidade dos seus dirigentes.
- 4.3. A partir de 1992 a Adere Barroso implementou a Escola de Gaitas de Foles, a Associação de Gado Caprino Ovino, Formação de Técnicos Administrativos e agentes dinamizadores do meio rural, Cooperação dos projectos Probarr e Intereg 93 (dinamização raiana e Larouco cultural e turístico), participação no seminário da rede mundo rural europeu Tern em Mesio e foi candidata à segunda II feira do fumeiro e presunto do Barroso, constatando-se ser uma associação com curriculum, provavelmente parecido com o da Probarroso.
- 4.4. Em 1993 a Adere paralisou por vontade da CMM e vários dirigentes de outras associações e instituições e em 1994 é extinta, sendo sacrificada esta para a constituição da Probarroso e agora começa o sacrifício desta para o que der e vier.
- 4.5. Quanto à saída da CMM da Probarroso a história repete-se só com uma diferença: é que agora há um culpado responsável pela situação que é o Dr. Paulo Pires e na altura da extinção da Adere também o Dr. Paulo era dirigente mas não era culpado, mas consentiu e por isso lá diz o velho ditado” quem cala consente” e agora não terá qualquer razão para estar indignado com a saída da CMM.
- 4.6. Para finalizar vou utilizar a expressão do Dr. Paulo Portas quanto à crise orçamental: “zangam-se as comadres descobrem-se as verdades” e agora todos nós perguntamos como irá acabar o filme.
- 4.7. Nós prometemos não tomar posição favorável de qualquer das partes sem contudo deixarmos de tomar posição pública sobre o desenrolar da situação.

Montalegre, 15 de Dezembro de 2000, Assina Acácio Gonçalves”

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra esclareceu os intervenientes e disse que se tratava de uma questão de ética institucional e quando a ética falha também as relações institucionais falham. Disse ainda que a Adere Barroso surgiu com objectivos sinceros e honestos e quem sugeriu que fosse esta Associação a realizar a Feira do Fumeiro foi o Vereador Orlando Alves. Em relação à intervenção do Dr. Paulo Pires na Assembleia de Freguesia de Salto disse que foi só uma afronta política e que isso em nada tem a ver com a saída da Câmara da Probarroso. As pessoas são livres de pensar e de dizerem aquilo que quiserem. Com a Probarroso houve uma nítida usurpação por parte do seu Presidente que abusou. Lembrou que não se estava a votar o fim da Associação mas sim para a saída da Câmara. O Dr. Paulo dizia em todo o lado que não precisava da Câmara, pois a Câmara precisa de todas as instituições e a Probarroso não quer o apoio da autarquia. Disse que houve contenção por parte dos

autarcas mas a arrogância continuou dizendo que a Câmara lhe devia dinheiro e que era obrigada a pagar. O Dr. Paulo apresentou um projecto de 30 mil contos para uma concentração de bombos e foi-lhe dito que não. Os trabalhos que a Probarroso fez para a Câmara foram bem pagos assim como os que foram feitos para particulares que se tivessem ido à Adrat teriam sido muito melhor recebidos. Disse ainda que a Probarroso funciona apenas no papel, que é individualista e que não quer a cooperação de ninguém e que só existe para apoiar amigos e familiares do Presidente da Direcção. Perguntou qual foi a empresa de sucesso que foi criada. Referiu que o concelho precisa de instituições que trabalhem mas sem interesses financeiros como a Adrat que meteu nos cofres da Câmara 500 mil contos e à Probarroso a Câmara só pagou. Disse que o concelho está muito bem representado pela Adrat que tem pessoas a geri-la muito competentes. Não há interesse em aturar birras em prejuízo dos interesses comuns. Informou ainda que foi criada em Montalegre uma Univa que não elabora projectos mas que encaminha as pessoas.

Inscreveram-se para esclarecimentos os deputados Guilhermina Costa e José Rodrigues.

A deputada Guilhermina Costa disse que o Engenheiro António Guterres está a perder a liderança não pela oposição do PSD mas sim pelas acções dos membros do seu Governo. Deu os parabéns ao Presidente da Câmara pela forma demagógica com que consegue dar a volta às questões e disse que se a Probarroso precisa de ser alterada por causa da legislação então faça-se essa alteração.

O deputado José Rodrigues disse que o Presidente da Câmara é responsável por atrocidades que se cometeram na Probarroso. A Adrat dá dinheiro às Câmaras que é dos privados através do programa Leader. Disse ainda que no entender do PSD a Câmara deve continuar na Probarroso e alterar o que tem de ser alterado.

Foi dada a palavra a Senhor Presidente da Câmara e disse que a Adrat não gere só o Leader e que este não é só para os privados mas se o gere é porque tem competência para o fazer. Enumerou alguns projectos que a Adrat levou a efeito como candidaturas do Municípios de Montanha; acções Interreg e tem ainda desenvolvido actividades em programas comunitários e sobre tudo isto a Câmara não paga nada.

Deliberação: O final da participação da Câmara Municipal na Probarroso, foi aprovado por maioria com onze votos contra e nove abstenções.

O deputado Mário Mendes apresentou a seguinte declaração de voto:

“Considerando que tudo o que foi apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara é uma realidade, por tal motivo acho que neste momento a Câmara não deve dar continuidade a tal projecto, pelo menos até uma nova clarificação e não contra o Sr. Dr. Paulo Pires.”
Assina, Mário Mendes”

5. Regulamento de Venda de Casas da Borralha

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Ventura Coelho, Mário Mendes, José Manuel Carvalho e Fernando Calvão.

O deputado Ventura Coelho disse que o Regulamento apresentado tem algumas incoerências no ponto 2 porque os emigrantes que têm casa na Borralha e vem uma vez por ano à terra é-lhe entregue uma casa assim como àqueles que estão em Braga há dez ou quinze anos que vão ter os mesmos direitos e desde que saíram da aldeia nunca lá mais voltaram.

O deputado Mário Mendes disse que se está a dar um passo muito importante para a questão social da Borralha e que este regulamento deu muito trabalho a ser elaborado. Informou que 83 agregados familiares que nasceram e residem na Borralha já fizeram a candidatura para aquisição da habitação que ocupam. Existem outras que estão prontas, só falta assinar mas de pessoas que estão no estrangeiro. Lamenta que este regulamento não contemple a aldeia toda mas isso seria impossível porque o proprietário nunca o permitiria e há muitas famílias que não são beneficiadas.

O deputado José Carvalho apresentou o seguinte comunicado à Assembleia:

“Senhor Presidente da Mesa
Senhores e senhoras os meus cumprimentos.

Mas que grande favor a CMM está a fazer ao povo da Borralha!!! Oferece-lhes as casas para não cumprir a sua obrigação de senhoria e proprietária de reconstruir de fazer obras para criar condições de habitabilidade.

Mas como é possível esta Câmara repetir erros como foi o do Bairro do Crasto em Montalegre?

Senhor Presidente da Câmara, este Executivo parece um lobo vestido de cordeiro.

Oferece casas degradadas quando deveria oferecer condições de habitabilidade; oferece casas num bairro sem nenhuma condição de urbanidade. Mesmo que as pessoas com a ajuda da Câmara dêem um jeito nas casas, aquele bairro nunca vai deixar de ter um ar descuidado e terceiro mundista.

A Câmara, antes de entregar o bairro aos seus habitantes devia fazer uma intervenção nas suas estruturas e organização, nomeadamente arruamentos, saneamento, água, etc. É um bairro da Câmara, não de um qualquer particular sem responsabilidades sociais.

Quando a Câmara comprou as casas da Borralha assumiu a responsabilidade de dar àquela gente habitações condignas. Agora ao oferece-las em tal estado de degradação está a fugir à responsabilidade de dar cumprimento ao um direito institucional. A Câmara não está a corrigir uma grande injustiça dos homens, está sim a agravar esta injustiça.”

Assina, José Manuel Pereira Carvalho.

O deputado Fernando Calvão subscreveu o que foi dito pelo seu colega de bancada. Apesar disso concorda que a Câmara venda as casas aso residentes mas pensa que se devia fazer primeiro uma intervenção no Bairro. Perguntou ao Senhor Presidente da

Câmara o porquê de comprar um bairro degradado por 30 mil contos porque segundo ele foi um favor que se fez ao antigo proprietário.

Findas as intervenções foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder:

Ao deputado Ventura Coelho disse que podia ser que aparecesse um caso ou outro sobre a situação de que falou, mas isso seria resolvido facilmente já que a venda destas casas não é um negócio. Referiu que esta situação em nada tem a ver com o Bairro do Crasto porque as casas só serão vendidas a quem tiver alguma ligação com Borralha como é o caso dos emigrantes que voltam sempre à terra natal. Não se pode comparar com as pessoas que foram para Braga à 10 ou 15 anos e nunca mais lá voltaram. Disse que o objectivo da Câmara era resolver os problemas das pessoas.

Ao deputado Fernando Calvão perguntou se achava viável que a Câmara construísse 250 habitações. Disse que quem criou esta situação foi o governo e a Câmara PSD que fecharam as minas e abandonaram as pessoas. O que esta Câmara está a fazer é o que as pessoas querem e isso é que chateia os elementos do PSD. Disse que o bairro do Crasto não tem qualquer comparação com a Borralha. Disse ainda que criticam a Câmara por ter quantias elevadas em despesas correntes mas agora querem que se façam 250 habitações. Referiu ainda que no bairro do Crasto, a Câmara está a fazer passeios, a remodelar a rede de saneamento, etc, com algum dinheiro que resultou da venda das casas.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados José Manuel Carvalho, Mário Mendes e Fernando Calvão.

O deputado José Manuel Carvalho disse que não foi bem compreendida a posição do PSD.

O deputado Mário Mendes disse que esta situação é um remedeio muito aceitável porque as pessoas antes querem as casas onde moram actualmente do que uma nova. Perguntou qual foi o concelho mineiro que fez o que está a fazer esta Câmara.

O deputado Fernando Calvão disse que a posição do PSD em relação a este assunto é inequívoca não adianta o Senhor Presidente da Câmara tentar dar a volta ao prego e já na altura da compra das casas ficou intrigado.

O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que o bairro foi comprado porque o senhorio disse aos ocupantes que tinham que pagar uma renda se não iam para a rua. Terminou dizendo que foi um investimento que a Câmara fez no social e em sua opinião é um bom investimento.

Deliberação: A proposta de Regulamento de Venda de Casas da Borralha, foi aprovada por maioria com uma abstenção.

6. Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia sobre este assunto e disse que as alterações foram feitas porque os terrenos em Montalegre têm mais valor que em Salto e que por esse motivo os preços devem ser diferentes.

Inscreveram-se para intervir os deputados António Ferreira, Guilhermina Costa, José Manuel Carvalho e Joaquim Pires

O deputado António Ferreira agradeceu à Câmara Municipal por ter aceite os argumentos por ele apresentados na última sessão da Assembleia Municipal porque das muitas chamadas de atenção que tem feito à Câmara poucas foram cumpridas mas esta não caiu em saco roto. Disse que depois de aprovado o regulamento gostava que fosse cumprido porque não se admite que no loteamento industrial de Montalegre ainda hajam lotes para construir e foram vendidos a um preço muito barato.

A deputada Guilhermina Costa disse que o PSD estava de acordo com a posição tomada pela Câmara em relação a esta matéria. Disse ainda que não são sempre do contra mas quando são, assumem quer as pessoas gostem ou não. Referiu que se devem continuar a criar condições para que se crie riqueza no concelho e que se apoie a instalação de empresas.

O deputado José Manuel Carvalho subscreveu a opinião da sua colega de bancada e acrescentou que, o Senhor Presidente da Câmara, não fez mais que a sua obrigação e que por isso que não espere que ninguém lhe agradeça e que deve um pedido de desculpas através de um comunicado à população de Salto.

O Senhor Presidente da Assembleia, Joaquim Pires, disse que ainda haviam vários lotes referentes à primeira fase do loteamento industrial que não cumpriram o regulamento. Perguntou o que é que a Câmara pretende fazer para resolver essa situação.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder e disse que a venda dos lotes da primeira fase do loteamento industrial foi feita com base no regulamento anterior e a Câmara para tentar resolver os problemas às pessoas o mais rápido possível facilitou um bocado. Existe uma fuga nesse regulamento e as pessoas estão a aproveitá-la. O regulamento novo já não permite fugas porque a escritura do terreno só será feita quando as pessoas tiverem tudo pronto para arrancar com a construção. Em relação ao preço dos terrenos referiu que um empresário não decide a sua vida empresarial só porque o terreno custa mais ou menos de mil contos. Existem outras questões e outras razões. Disse que esta alteração não tem o seu apoio a 100% mas, porque pensa que não devem haver quezílias, a alteração foi feita e que não tem nada que pedir desculpas a ninguém porque em democracia é assim mesmo. A Câmara ponderou e decidiu e os únicos argumentos que convenceram foram o que apresentou o deputado António Ferreira.

Deliberação: A proposta de Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais foi aprovada por unanimidade.

7. Alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal de Montalegre – Proposta

O senhor Presidente da Câmara mandou o vereador Nuno Pereira para prestar esclarecimentos sobre este assunto e disse que.....

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta de alteração ao Regulamento do Cemitério Municipal de Montalegre foi aprovada por unanimidade.

8. Alteração do nº 1, do artº 4º do Regulamento Municipal de Abertura de Estabelecimentos – Proposta

O Senhor Presidente da Câmara mandou o vereador Nuno Pereira para prestar esclarecimentos sobre este assunto e disse que

Não houve inscrições.

Deliberação: A proposta de alteração do nº 1, do artº 4º do Regulamento Municipal de Abertura de Estabelecimentos, foi aprovada por unanimidade.

9. Plano de Actividades e Orçamento Municipal para 2001

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Alberto Martins, Ventura Coelho, Acácio Gonçalves, António José Carvalho, Domingos Vasconcelos, Mário Mendes, Guilhermina Costa, José Manuel Carvalho, António Araújo, José Rodrigues, António Azevedo, António Ferreira e Fernando Calvão.

O deputado Alberto Martins entregou o seguinte documento à Mesa:

“Assembleia Municipal

Quando alguém reclama e é ouvido, sente-se satisfeito. È o que me apraz, hoje, aqui registar. Na última assembleia solicitei para a minha Freguesia, vários melhoramentos e algumas medidas que, com satisfação, vejo contempladas, neste plano de 2001.

- A baixa substancial, do preço dos lotes na Zona Industrial de Salto;
- A aprovação do regulamento de Venda das casas da Borralha;
- A disponibilização de uma verba de cinco mil contos para habitação social;
- A inclusão de pavimentação da estrada de Salto/Linharelhos;
- O reforço, significativo, das verbas aos Grupos Desportivos (Salto+750 contos);
- O esforço, que sei, a Autarquia está a desenvolver para que as obras do Quartel dos Bombeiros de Salto, ainda arranquem em 2001;
- A remodelação do abastecimento de água à Borralha, que tão urgente deve ser feito, pois, além de estarem a beber água de fraca qualidade, não serve suficientemente;
- A verba destinada a arruamentos vai revolver, alguns casos ainda existentes;
- A continuação das obras no Centro Cultural (50.000 contos);
- Os subsídios, a conceder às associações da freguesia ajudá-las-á, a prestar um melhor serviço à comunidade;
- Também está incluído, o Plano de Urbanização de Salto, verba para o início do processo do Parque Desportivo, a continuação do encontro de folclore de Salto e o Parque Temático da Borralha.

Senhor Presidente e Senhores Vereadores:

Satisfaz-me, este Plano e Orçamento, para o virar do milénio, por isso contem com a minha aprovação.” Assina Alberto Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Salto, 15.12.2000.

Sobre a intervenção do deputado José Manuel Carvalho, mensageiro do PSD de Salto disse que era engraçado que ele até queria fazer regras, normas e preços em coisas (Zona Industrial e Bairro da Borralha) que em nada contribuiu para ser feito.

Mas como nada fizeram, nada tinham a propor.

Era bom terem proposto e localizado a Escola do Baixo Barroso, o Posto da GNR, a ETAR de Salto e a lixeira de Salto. Ou mesmo a pavimentação das duas estradas que tem para a sua aldeia.

Ao deputado Fernando Calvão disse que se dizer bem da Câmara é levar obras para a sua freguesia, então grava um CD!

O deputado Ventura Coelho disse que é contra alguns investimentos feitos pela Câmara como por exemplo a Pista Automóvel porque pensa que um investimento de 400 mil contos é muito avultado. Perguntou quanto é que a Câmara pagou de juros ou amortizou pelo empréstimo de 600 mil contos que foi feito há dois anos. Disse que era a favor de empréstimos mais pequenos e a pagar em menos tempo, no seu entender oito anos seria o ideal. Referiu que se daqui por cinco anos for eleito outro Presidente da Câmara e pedir um empréstimo de 300 mil contos, irá ter sérias dificuldades porque o anterior ainda não está pago.

O deputado Acácio Gonçalves entregou a seguinte declaração de voto:

“Acácio da Silva Gonçalves, membro desta Assembleia Municipal de Montalegre e representante do Partido Popular declara votar favoravelmente o Orçamento de 2001 e abster-se quanto ao Plano de Actividades para o mesmo ano pelos seguintes motivos:

1º Estabelecendo a Lei nº 169/99, no seu artigo 64º, nº 1 alínea r) que é competência da Câmara Municipal no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e da gestão corrente dar cumprimento, no que lhe diz respeito ao estatuto do direito de oposição;

2º Estando consagrado o estatuto do direito de oposição na Lei 24/98 de 26 de Maio que em resumo e na parte que nos interessa:

2.1. Define como oposição “a actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas... das autarquias locais de natureza representativa;

2.2. Define como titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo;

2.3. Consagra como inerentes ao direito de oposição:

2.3.1. O direito á informação regular e directa, em prazo razoável, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público, relacionados com a actividade;

2.3.2. O direito de audição sobre as propostas dos respectivos Orçamentos e Planos;

2.3.3. O direito de pronunciamento e intervenção sobre quaisquer questões de interessa público relevante bem como a presença e participação em todos os actos e actividades oficiais, que pela sua natureza o justifiquem.

Como o direito de audição e de pronunciamento não foi exercido por culpa do Executivo, consideramos o facto lamentável e anti-democrático.

Montalegre, 15 de Dezembro de 2000, Assina Acácio Gonçalves.”

O deputado António José Carvalho louva a Câmara por promover projectos que atinjam 600 mil contos e isso é feito com ponderação e para longo prazo. Montalegre ficou no mapa e hoje já não é só para o Gerês que as pessoas se deslocam, preferindo Montalegre. Referiu que já foi feito muito investimento nas aldeias a aposta agora está em desenvolver a sede do concelho. Montalegre ficará bem diferente para melhor e um dos obreiros é sem dúvida o actual Presidente da Câmara, não esquecendo o Dr. Pires pelo trabalho que desenvolveu anteriormente. Disse que a Pista Automóvel constitui uma atracção importante tal como a Feira do Fumeiro. O III QCA sofreu atrasos mas as obras têm que ser feitas e por isso não vê problemas de endividamento porque são estas obras que vão desenvolver o concelho. Em seu entender a verba atribuída às escolas é pequena porque é necessária a aquisição de computadores para utilização da Internet, mas tem consciência que essa verba não pode ser fornecida só pelas autarquias. Informou que existe um projecto “Internet na Escola” que oferece um computador a cada escola.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que as despesas em telefones são muito elevadas. Em 1999 apareceu um gasto de 5 mil contos e em 2001 apresentam 12 mil contos. Ironizou dizendo que esta situação dá indícios a que se pense que o Presidente da Câmara irá trabalhar muito. Falou da despesa em pneus dos carros e disse que em 99 tinham sido gastos 7.250 contos e em 2001 prevê-se uma despesa de 7.500 contos. Em seu entender a diferença é muito pequena pois a frota aumentou consideravelmente. Disse ainda que á oito anos o Senhor Presidente criticou, crucificou o PSD por ter sido contra a aquisição de carros usados, actualmente está a renovar o parque automóvel acabando por dar razão à oposição. Em relação à votação do Plano e Orçamento para 2001, pensa que o PSD se vai abster.

O deputado Mário Mendes fez uma intervenção breve, porque, segundo ele todos os colegas de bancada que falaram anteriormente já tinham enaltecido o Plano. Congratulou-se por saber que a estrada Linharelhos a Salto vai ser feita. Solicitou à Câmara para que a iluminação pública, durante o Inverno, ficasse acesa toda a noite em Salto.

A deputada Guilhermina Costa pediu que fosse transcrito para esta acta o seguinte:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal
 Senhor Presidente da Câmara
 Senhores Deputados Municipais

Concebeu o Senhor Presidente da Câmara um Plano de Actividades para o ano de 2001 que contempla um conjunto de obras para o concelho que os Socialistas vêm prometendo há muitos anos. Apesar das nossas populações terem esperado, o tempo correu célere sem ter contemplanções pela incúria, pelo desperdício de oportunidades ou por opções despesistas em prejuízo de investimentos em obras estruturantes. Temos uma gestão ineficaz e ineficiente.

Por isso pena é que o tempo tenha passado e as pessoas tenham sido privadas de obras como as piscinas, a variante à vila, um pavilhão Gimnodesportivo digno, um auditório, uma vila com ar de urbanidade, uma ETAR capaz, o quartel dos BVS, saneamento às aldeias, um Rio Cávado com vida e propício ao lazer, parques de campismo, etc. Algumas destas obras estão a ser prometidas por V. e já se arrastam nos diferentes planos há dez anos.

Mas sr. Presidente da Câmara, vai ser no próximo ano, com tantas receitas que o Sr. prevê receber (5. 897.000 contos) que vai terminar o seu mandato com as obras por V. prometidas há mais de dez anos, realizadas.

Infelizmente, todos nós sabemos que esta Câmara não vai realizar tantas receitas. Ainda ontem o Dr. Pires disse, numa entrevista à Rádio Montalegre – “o orçamento está empolado”. O Sr. Presidente da Câmara também o sabe. **Porquê nos apresenta um orçamento irreal?** Para prometer obras, para poder orçamentar obras que sabe não vai realizar. Por isso, sabemos também. Que as obras vão continuar a ser promessas como tem sido durante estes anos.

Temos neste orçamento mais um sinal de má gestão, de uma gestão que compromete o futuro do nosso concelho. Em 1994 foi efectuado um empréstimo no montante de 150.000 contos, hoje, seis anos depois, deste empréstimo, a Câmara deve ao Banco 312.000 contos. O que se passa aqui Sr. Presidente, **a Câmara não tem capacidade financeira para pagar as prestações? Não é irresponsabilidade estar a contrair mais empréstimos?** A Câmara já deve quase um milhão de contos ao banco, ainda quer contrair mais um empréstimo de 375.000 contos. Vivemos um período de vacas gordas, chega todos os anos dinheiro da comunidade europeia. Mas isto vai acabar, 2007 é o fim do III quadro comunitário, que toda a gente diz que é o último. Se hoje há esta possibilidade de as nossas obras serem financiadas por fundos comunitários, e o Sr. recorre a créditos bancários para as financiar e não consegue diminuir a dívida já existente, **o que será de nós daqui por sete anos?** E não venha dizer-me Sr. Presidente, que a Câmara está a 33% da sua capacidade de endividamento, porque se o Sr. deixar de negociar os empréstimos com prazos de pagamento de vinte anos, que comprometem o nosso futuro, e passar a negociá-los com prazos mais curtos e pelos quais possa responder, já ultrapassou há muito a capacidade de endividamento da Câmara de Montalegre.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não faz sentido construir estradas, ruas ou outras obras e ignorar a realidade agrícola das populações, esquecendo obras, porventura de menor dimensão, mas que facilitem o trabalho do dia-a-dia do agricultor; não faz sentido

investir milhares de contos numa ou duas infra-estruturas turísticas e esquecer a criação de condições que motivem os visitantes a permanecer entre nós de maneira a que as populações locais retirem proveito desta actividade; não faz sentido pulverizar o ano com feiras e não investir no aperfeiçoamento das que são a marca de Barroso; não faz sentido investir em Museus das Bruxas ou contrabandistas (como vem no Plano de Actividades) e esquecer o levantamento do nosso património histórico e cultural, protegendo-o e expondo-o à vista de todos; não faz sentido andar sempre com as ruas da Vila em obras e continuar com o desconforto do trânsito de pesados pelo centro de Montalegre, no eixo rodoviário Espanha/Braga; não faz sentido criar grandes faixas de rodagem nas ruas da Vila e esquecer passeios amplos e zonas pedonais que tragam conforto ao cidadão; não faz sentido apoiar uma Associação de Bombeiros de Salto e esquecer a construção de instalações dignas, funcionais e confortáveis para os Homens de Paz; não faz sentido gastar rios de dinheiro nas casas das Minas da Borralha e entregá-las agora aos seus ocupantes degradadas e sem condições de habitabilidade.

Vª Exª não pode esquecer que ao fim de quatro anos o seu mandato irá aparecer com mais de 10 milhões de contos gastos. É muito dinheiro para o pouco que hoje nesta Assembleia vieram alguns elementos do Partido Socialista anunciar, a uma só voz, como obra feita.

Entende o Partido Social Democrata não obstaculizar a aprovação do Plano e Orçamento para 2001, abstendo-se, porque duvida das previsões de recursos neles constantes, e não votando contra, porque o Concelho necessita de obras constantes no Plano, que apesar de prometidas há muitos anos, já deveriam estar concluídas. Mas cá estaremos para responsabilizar a Câmara e denunciar as megalomanias se o Plano ficar muito aquém do que hoje nos é apresentado.

Montalegre, 15 de Dezembro de 2000”

O deputado José Manuel Carvalho disse que espera que a Câmara continue a ajudar, conforme tem ajudado a Associação “O Boi do Povo” e disse que o abaixo-assinado que passou em salto também foi assinado por pessoas do PSD.

O deputado António Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Cabril, fez referência ao empenho que a Câmara em conjunto com a Junta de Freguesia têm tido para com as crianças e idosos. Às pessoas que duvidam da existência de obras realizadas na sua freguesia, sugeriu que fossem lá ver.

O deputado José Rodrigues disse que a sua intervenção tinha ficado esvaziada pela intervenção dos membros da sua bancada. Espera que a verba de 5 milhões de contos chegue para contratar um arquitecto. Referiu que lhes foi apresentado um Plano plurianual e lembrou que estavam na sessão para votar um Plano para o ano de 2001. Perguntou para que se faziam planos se se sabe que à partida não vão ser cumpridos. Terminou dizendo que se ia abster na votação.

O deputado António Azevedo, Presidente da Junta de Freguesia de Fervidelas, perguntou se a reparação que está prevista na estrada Pisões-Lamas vai ser feita de igual modo como se tem feito até agora. Disse que a estrada que liga Lamas a Loivos tinha sido considerada prioritária ,mas que até à data não foi feita. Pediu apoio para as obras da sede de freguesia de Fervidelas que está por acabar há anos.

O deputado António Ferreira disse que estava tudo dito porque tinham arranjado um parceiro para obras que reivindicaram e que nunca conseguiram. Por aquilo que se pode aperceber disse que este Plano deve ser o único que irá ser aprovado sem votos contra apesar de ser um Plano grande. Disse que foram reivindicadas obras como o Parque de Exposições, marginal do Cávado, Procom, etc., pois já constam no Plano para 2001. Quanto ao endividamento disse que actualmente o FEF é de?????????, perguntou quanto será daqui a alguns anos. Em relação à estação de tratamento de águas residuais disse que também estavam todos de acordo porque a estação está mal localizada e não foi por vontade do PS que ela está onde se encontra actualmente.

O deputado Fernando Calvão disse que a iluminação públicas das aldeias de todo o concelho fazia parte de um plano do PSD, actualmente verifica que em Solveira às 18 horas já não há luz, o que não acontece em outras localidades. Elogiou a colega de bancada, Guilhermina Costa, pelas intervenções que fez e disse que se trata de um Plano plurianual onde são obrigados a dar o voto do passado, do presente e do futuro e que mais valia chamar-lhe o Plano da década. Referiu que 6 milhões de contos é de facto muito dinheiro e que os concelhos vizinhos têm quase a mesma dotação. Este Plano trás um empréstimo encapotado de 325 mil contos. Em relação às receitas disse que já estão definidas verbas que ainda não se sabe se vêm e qual o seu valor. Em seu entender não haverá tempo para realizar tanta obra. Concorde com a construção do Auditório mas não com a sua localização; não concorda com as verbas com que vai dotar o Congresso de Medicina de Vilar de Perdizes e o Museu das Bruxas.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer. Começou por falar da habitação social referida pelo Senhor Presidente da Junta de Salto corrigindo-o em relação à verba atribuída a esta causa, sendo o valor de 15.000 contos e não de 5000 contos. Disse que há críticas de que este Plano está inflacionado e que é ambicioso mas que quem corre esse risco é quem o apresenta e quem acha possível realizá-lo na totalidade. Referiu que o que está a inflacionar o Plano são 4 ou 5 obras e pediu que dissessem se as não querem que ele, garantiu, que não se fariam. Disse que era preferível tê-las em Plano e dizer que não houve tempo para a sua realização, do que não as ter. Se acham que a Câmara não tem competência para realizar as obras que propõe fazer em 2001 votem contra. Se o Parque de Exposições, a rede viária não faz falta, os arranjos das margens do rio e a variante à vila, tal como os 120 mil contos aprovados do PROCOM para renovação da rede de abastecimento de água na Rua Direita não são obras importantes, então não votem. Temos de fazer projectos e mostrar obras se não ninguém dá nada. Disse ainda que as lixeiras vão ser fechadas e que a RESAT vai resolver o problema dos lixos. Sobre a pista disse que já ninguém se entendia e que uns são a favor e outros são contra o que só prova o desnorteamento do PSD. Aquilo que a Câmara fez foi avaliado pelo eleitorado e vai continuar a sê-lo.